

Da natureza humana à racionalidade instrumental: uma leitura das Relações Internacionais a partir da passagem do mito ao *logos*

*From human nature to instrumental rationality:
a review of International Relations through
the myth-logos transition*

Amanda Nunes Silva Rabelo*

Anna Terra Veloso Mendes**

Fabiano Augusto de Araújo***

Rebeca de Assis Gabriela Menezes****

Resumo

Este artigo objetiva investigar o desenvolvimento do processo filosófico de passagem do mito ao *logos*, da Grécia Antiga à Pós-Modernidade, simultaneamente a uma análise da trajetória epistemológica das Relações Internacionais. O caminho apontado pela filosofia compreende três períodos distintos, que se configuram como o Período Clássico, a Modernidade e a Pós-Modernidade. Posteriormente, buscar-se-á delinear a trajetória das teorias de Relações Internacionais no que diz respeito aos seus debates teóricos e, assim, ensejar uma análise comparada vis a vis ao percurso do mito ao *logos*. As teorias de Relações Internacionais analisadas neste artigo podem ser categorizadas em três conjuntos: as teorias clássicas, o debate Neo-Neo e as teorias societais.

Palavras-chave: metafísica; mito; *logos*; Relações Internacionais; epistemologia; Filosofia.

Abstract

This article aims to investigate the development of the philosophical transition from myth to *logos*, from Ancient Greece to Post-Modernity, while also analyzing the epistemological trajectory of International Relations theories. The philosophical trajectory comprises three distinct periods, which are configured as the Classic Period, Modernity and Post-Modernity. The trajectory of the International Relations theories will be delineated afterwards, according to the theoretical debates arising from it, as well as the relation between their development and the myth to *logos* process. The Theories of International Relations analyzed in this article refer to three distinct sets: the classical theories, the Neo-Neo debate and societal theories.

Keywords: metaphysics; myth; *logos*; International Relations; epistemology; Philosophy.

* Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico. Contato: amandansr@hotmail.com

** Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico. Contato: terracotann@hotmail.com

*** Graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico. Contato: fabianoaaraujo1993@hotmail.com

**** Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) campus Coração Eucarístico. Contato: rebeca.deassis@hotmail.com

Introdução

Ao propor um caminho comparativo entre as trajetórias dos debates teóricos de Relações Internacionais e da passagem do mito, o presente artigo tenciona pontuar as semelhanças no processo de desenvolvimento do campo das Relações Internacionais *pari passu* às diferentes formas de produção de conhecimento que a humanidade experimentou ao longo de sua existência. Assim, parte-se da hipótese de que as duas trajetórias tenham se inaugurado a partir de pressupostos metafísicos que, por uma quebra paradigmática, foram substituídos pela necessidade primordial de fundamentação racional. Finalmente, tal modelo culmina em problemas epistemológicos irreparáveis, o que suscita a passagem para modalidades de pensamento calcadas nas possibilidades de subjetivação.

É importante ressaltar que o arcabouço histórico e filosófico produzido pelos pensadores ocidentais e pelas Relações Internacionais é distinto entre si. O primeiro constitui e perpassa pelas demarcações históricas da humanidade através de milênios, buscando esclarecer o processo de entendimento e posicionamento do ser diante da realidade. Já o segundo, é limitado por um contexto temporal específico do Ocidente, no qual intentava responder epistemologicamente à realidade que se impunha. Para tanto, esses filósofos ocidentais lançam mão de categorias de pensamento para discutir e problematizar suas hipóteses nos vários períodos históricos. Por outro lado, as Relações Internacionais, como ciência, constituem-se em um íterim de cerca de cem anos, com as primeiras produções teóricas publicadas no início do século XX. Desse modo, reitera-se à proposta deste artigo o desafio metodológico de comparar longitudinalmente escalas temporais distintas. Diante disso, é prudente indicar que as categorias temporais serão empregadas apenas para efeitos de sistematização lógica do pensamento filosófico. Entretanto, o cerne analítico concentrar-se-á nos fundamentos discursivos trazidos pela contribuição filosófica e pelos debates teóricos das Relações Internacionais, aproximando essa proposta mais a uma comparação transversal do que longitudinal.

Portanto, evidencia-se como projeto analítico a elucidação dos traços supracitados em uma rápida recuperação teórico-metodológica da passagem do mito ao *logos*. Em seguida, o mesmo será feito para o campo das Relações Internacionais, o que se dará com ênfase nos principais debates da área, a saber: teorias clássicas, debate

Neo-Neo e teorias sociais. Tal estudo, por fim, será desenvolvido a partir de uma concepção teórica de caráter panorâmico. Em outras palavras, serão ilustrados apenas elementos pontuais de cada um dos debates, o que impede o tratamento minucioso – porém, não menos eficiente – do extenso arcabouço teórico a ser apresentado.

Passagem do Mito ao *Logos*

A concepção mitocêntrica configura-se como aquela em que o mito é entendido como “(...) uma representação coletiva, transmitida através de várias gerações e que relata uma explicação do mundo” (BRANDÃO, 1998, p. 368), que prevalece como a verdade imediata. Assim, ele assegura uma visão de totalidade do mundo, tendo sido utilizado para formular quaisquer explicações que se fizessem necessárias (BRANDÃO, 1998). Em vista disso, o mito

(...) não possui outro fim senão a si próprio. Acredita-se nele ou não, à vontade, por um ato de fé, se o mesmo parece “belo” ou verossímil, ou simplesmente porque se deseja dar-lhe crédito. Assim é que o mito atrai, em torno de si, toda a parte do irracional no pensamento humano, sendo, por sua própria natureza, aparentado à arte, em todas as suas criações (BRANDÃO, 1998, p. 13-14).

Diferentemente de um conceito, o mito representa “(...) uma fala, um sistema de comunicação, uma mensagem, (...) é como que uma metalinguagem, já que é uma segunda língua na qual se fala da primeira” (BRANDÃO, 1998, p. 14). Simultaneamente, ele se desloca no tempo e no espaço, transformando-se em história nos moldes humanos de acordo com as demandas dos mesmos no mundo (GUSDORF, 1980). Logo, “o mito se move dentro de um tempo original, eterno e atual ao mesmo tempo; e, por outro lado, ainda é objeto de fé” (GUSDORF, 1980, p. 48).

De acordo com Gusdorf (1980), a consciência mítica, caracterizada pela tentativa de entendimento ontológico que transpassa o mundo real, correspondia à estrutura do ser no mundo, dado que uma separação entre o real e o mítico era impossível, já que eram considerados parte de um todo. Por conseguinte, o mito fornecia à consciência humana uma estruturação do universo, objetivando a instauração de uma ordem ao mesmo (GUSDORF, 1980). Nesse âmbito, percebe-se o período antropológico, caracterizado pelo antropocentrismo, ou seja, pelo enfoque no humano. Então, o homem, como portador de *eidos* – entendido como a essência – teria a possibilidade

de acessar a realidade e, assim como pretendia a proposta ontológica do mito, buscar o alcance da totalidade (FARIA, 1992).

O Ocidente possui uma tradição cultural que provém de um passado que teria sido “(...) imobilizado na inscrição que Sócrates recolheu da fachada do templo de Apolo, em Delfos, *Conhece-te a ti mesmo...*” (CUNHA, 1992, p. 209). De acordo com tal acontecimento, Sócrates, ao consultar o Oráculo de Delfos, teria percebido que, por ser um homem que supostamente nada conhecia, ele seria o mais sábio da Grécia. Nessa concepção, a partir do reconhecimento da ignorância é que se funda a busca filosófica como um exercício constante de análise e reflexão, dando início a um conhecimento epistemológico que se abre para um novo horizonte. Tal contexto diz respeito à *epoché* que, em grego, significa colocar em suspenso o conhecimento, sobre o qual Sócrates, “(...) fingindo não possuir nenhuma certeza, buscava, por meio de interrogações sagazes, levar o interlocutor a admitir sua própria ignorância” (CUNHA, 1992, p. 209). Desta forma, iniciou-se um inquietante processo de reflexão filosófica, fazendo com que a razão se configurasse como princípio legítimo e universal de todo conhecimento existente.

No período clássico, tal busca se refletia no pensamento de Sócrates, grande expoente do período antropológico. Assim, seria através do autoconhecimento que o homem se purificaria. Platão, por sua vez, concebia o autoconhecimento como ponto de partida de sua análise e a essência como ponto de chegada. Tem-se, portanto, uma dualidade: o corpo ou material *versus* a essência ou o imaterial. Esta seria solucionada no momento em que o homem recorresse à metafísica, que teria seu ápice no mundo das ideias. Já para Aristóteles (1969), o mundo ideal e o material estariam, de certo modo, unidos pela substância que passa a ser identificada à forma, ou seja, ao *eidos*, que permite enunciar aquilo que a coisa é. Nesse sentido, Aristóteles (1969) parece cético acerca da possibilidade de cisão da substância relativamente àquilo que ela compõe. Em vista disso, ao considerar a finitude do mundo terreno, isto é, ao adotar uma concepção teleológica das coisas, Aristóteles (1969) recomendava o abandono do senso comum e o despertar e a adoção da consciência crítica ou da virtude do espanto – *pathos* (MENDES, 2015).

A fim de elucidar uma comparação entre o campo de estudo das Relações Internacionais e a passagem do mito ao *logos*, faz-se necessário traçar o processo percorrido pelo mito na história para que, posteriormente, seja comparado às Relações Internacionais.

Como dito anteriormente, no mitocentrismo a realidade era concebida como totalidade, enquanto que no classicismo, que se constituiu pela reflexividade metafísica, o mito ainda era, em certa medida, preservado, já que a sua concepção era teleológica. Já no medievo há uma reapropriação do mito, que adquire um caráter transcendental, isto é, a essência passa a ter uma conotação divina (GUSDORF, 1980). Assim, por meio da religião, o transcendente e o imanente encontrariam possibilidade de religação, tendo a fé como legitimadora dessa reconexão.

De acordo com Cunha (1992), os homens medievais “(...) concebiam a ordem do universo, assimilando-a inconscientemente à própria ordem da sociedade medieval” (CUNHA, 1992, p. 67). Por conseguinte, diante de tais circunstâncias, a religião caracteriza-se como o espaço privilegiado de vivência do mito na história, ou seja, a vivência ritualística da religião, sustentada pela fé, elimina a complexidade da razão, suaviza a dor e o sofrimento, além de garantir o universal através do divino, gerando, então, uma forte dose de segurança ontológica (BRANDÃO, 1998).

A Modernidade, que se caracteriza como o segundo período histórico – considerando como primeiro a concepção clássica –, surgiu na Europa no século XVI, durante o período Renascentista europeu, devido a uma crise dos valores teocêntricos, bem como à busca da valorização do homem e dos seus feitos, o que culminou na transição do Teocentrismo para o Humanismo, o qual surge como resultado de novas posturas intelectuais, possibilitando a configuração da Modernidade em seus processos subsequentes (CUNHA, 1992)¹. Nesse sentido, a modernidade se define como o período em que o homem se emancipou pela razão, conduzindo qualquer proposta metafísica para um plano inferior (GUSDORF, 1980). Esse pensamento racional visava desmitificar ou dessacra-

1. Ao mesmo tempo, Cunha (1992) atribui importância a alguns outros momentos da história, além do período do Renascimento europeu, nos quais houve uma crise relacionada aos valores teocêntricos. Tais contextos históricos contribuíram para a consolidação da modernidade em si. O primeiro deles diz respeito à Reforma Protestante, ocorrida entre 1483 e 1546, em que foi possível o restabelecimento da aliança entre o homem e o ser divino, ao mesmo tempo em que considerava também a relevância da razão. Já com a Revolução Copernicana aconteceu a reformulação do pensamento científico. A Revolução Industrial, por sua vez, proporcionou a consolidação de novas invenções técnicas e científicas, ao mesmo tempo em que a lógica capitalista surge, regendo a Modernidade. A Revolução Francesa faz com que a razão seja a instância última e soberana da esfera política. Por último, emerge o Iluminismo, no século XVIII, com a tentativa de implementar a Modernidade, junto a movimentos caracterizados como de cunho econômico, político e cultural.

lizar o mito em favor do *logos*, ou seja, a razão. Desse modo, o “*logos*, enquanto um raciocínio, procura convencer, acarretando no ouvinte a necessidade de julgar” (BRANDÃO, 1998, p. 13). Assim, o humanismo acaba por gerar o seu oposto, desumanizando o homem, que passa a ser colocado “(...) no mesmo nível dos objetos e engrenagens do funcionamento da maquinaria social” (CUNHA, 1992, p. 217). De acordo com Gusdorf (1980), outro papel da razão seria o de proporcionar segurança aos indivíduos, a qual, desvinculada do caráter transcendente próprio do mito, possibilita à inteligência o surgimento da autonomia da liberdade humana (GUSDORF, 1980).

Observou-se, por outro lado, que ao outorgar o caráter de infalibilidade a si mesma, a ciência, por meio da razão, buscou se sobrepor ao mito, colocando-se paradoxalmente em seu lugar. O projeto logocêntrico na modernidade, apesar de ter como proposta a eliminação da esfera mítica, no momento em que estabelece “(...) a realização do *logos* no mundo como tecnologia industrial, ao se radicalizar, pode levar o homem de novo à experiência mítica” (CUNHA, 1992, p. 272). Com efeito, ao se autoproclamar soberana e como a verdade única e universal, a razão, através da ciência técnica, acaba por ocupar, de certa forma, o lugar da consciência mítica, desencadeando, como consequência disso, sua própria crise (CUNHA, 1992).

Nesse sentido, posteriormente, percebe-se a tentativa de conservar preceitos advindos de um comportamento mitológico que, de acordo com Mircea Eliade (1972), pode ser revelado “(...) igualmente no desejo de reencontrar a intensidade com que se viveu, ou conheceu, uma coisa pela primeira vez; de recuperar o passado longínquo, a época beatífica do ‘princípio’ (...)” (ELIADE, 1972, p. 134). Essa ânsia moderna de universalização quase arruinou sua legitimidade epistemológica, já que em vista da decretação de sua suposta infalibilidade do conhecimento, seu método foi questionado. Por outro lado, viabilizou o surgimento de novas perspectivas críticas, como a Fenomenologia, uma vez que, a partir da crise do modelo cartesiano, resta ao homem abandonar as concepções idealistas (LARA, 2001)².

2. De acordo com Stuart Hall (2014), o sujeito moderno reconhece a sua identidade quebradiça, que se encontra em processo de constante mudança e que desempenha diferentes papéis diariamente, e nesse sentido, ele abre-se a processos permanentes de subjetivação (HALL, 2014).

Idealismo e Realismo: as teorias clássicas das Relações Internacionais

Na primeira metade do século XX, observa-se o surgimento do campo das Relações Internacionais que, deixando de ser pensado apenas enquanto objeto de estudo da Ciência Política, ganha autonomia e se desenvolve como uma área de estudos independente. Este processo, contudo, se dá de forma dúbia: ao mesmo tempo em que os estudos do cenário internacional se emancipavam, tal trajetória se delineava a partir de um baluarte teórico-metodológico pertencente a outros campos, com destaque para o filosófico. Isto é, os estudiosos que surgiram neste período desenvolveram seus paradigmas de leitura dos processos e fenômenos internacionais tendo em vista fundamentos sociológicos nascidos de pensadores como Hobbes, Rousseau e Kant. Esta característica, por si só, é capaz de estabelecer uma clara dinâmica de comparação entre os dois (MINGST, 2009).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o então presidente estadunidense, Woodrow Wilson, inaugura no sistema internacional um princípio otimista de união e desenvolvimento compartilhado entre os Estados. Assim, ao propor a criação da chamada Liga das Nações, ele externaliza a noção de que as guerras poderiam ser evitadas, uma vez que os Estados teriam, apesar de tudo, a capacidade de cooperar e a pré-disposição ao entendimento mútuo (WILSON, 2011).

Tais ideias se alicerçam em princípios morais, que classificam o homem como bom e propenso à paz (WILSON, 2011). Essa noção, que fundamenta o otimismo das Relações Internacionais na própria natureza humana, encontra em Rousseau (1999)³ seu principal expoente, que, de acordo com Kelly (2010), deve ser considerado como um “*pathbreaker* do idealismo” (KELLY, 2010, p. 2). Assim, pensadores idealistas entendem os princípios democráticos, a liberdade e a educação como ferramentas valiosas para o cultivo destas características, sendo estes dois últimos elementos amplamente defendidos por Kant ⁴(2008). Desse modo, cogitam-se os três elementos supracitados como capazes de congrega a opinião da população mundial em torno de noções de harmonia de interes-

3. Ver *O contrato social* (1999).

4. Na perspectiva Kantiana, a educação é um elemento fundamental para lapidar e direcionar a ação humana, pois ela seria capaz de trazer à potência a predisposição cooperativa já existente nos homens. Portanto, de posse também da liberdade, os indivíduos poderiam participar plenamente da vida em sociedade (KANT, 2008).

ses, já que todos compartilhariam, apesar de suas diferenças culturais, de elementos básicos de moralidade e de direitos humanos. Este movimento produziria um caminho pacífico que seria trilhado por todos os governos (WILSON, 2011).

Todavia, o pensamento idealista, em voga durante o período entre guerras, entra em colapso com o advento da Segunda Guerra Mundial, momento de extinção da Liga das Nações (1919-1946), organização que outrora teria marcado a existência da corrente idealista. Neste momento, o cenário internacional retorna a uma fase de grande pessimismo, o que, naturalmente, suscita uma série de críticas ao pensamento idealista. Tal movimento é inaugurado por E. H. Carr, que publica, em 1939, a obra *Vinte anos de crise* (WILSON, 2011). Segundo Carr (2001), os idealistas, ao não considerarem os efeitos do poder na dinâmica internacional, adotam uma postura utópica frente às Relações Internacionais. Isto é, o poder, para ele, seria o fator determinante para os processos de interação internacional, sendo todas as relações entre Estados sujeitas, de um modo ou de outro, às capacidades bélicas e de força de cada um. Assim, ao contrário dos utópicos, nas palavras de Carr (2001), a moral estaria sujeita aos processos de demonstração de poder, corroborando um cenário onde os desdobramentos políticos das interações se dariam, portanto, unicamente em função desse elemento (CARR, 2001).

Hans Morgenthau, ao publicar o livro *Política entre as Nações* (1948), concretiza a teoria Realista Clássica a partir das contribuições de E. H. Carr. Este, por sua vez, lançou as bases do Realismo Clássico ao desconstruir os argumentos idealistas, relegando-os a especulações utópicas em sua obra *Vinte anos de crise* (2001). Já Morgenthau (1948) apresenta, em sua obra, uma visão aprofundada da íntima relação entre política e poder. Nesta obra, ele inclui seis pontos basilares de seu pensamento, sendo estes referidos enquanto “princípios do Realismo Político”. A natureza humana, assim como no idealismo do entre guerras, ocupa papel fundamental na estruturação teórica desta corrente, o que se demonstra na obra de Morgenthau (MORGENTHAU, 2005). Nesta perspectiva, as ideias de Hobbes, trabalhadas em *Leviatã* (2003), são tomadas como o baluarte realista. Este autor concebe o homem como mau e egoísta, o que possibilitaria a instauração de um contexto referido por ele através da noção de “guerra de todos contra todos” (HOBBS, 2003, p. 47), cenário no qual aquele possuidor de mais fontes de poder seria capaz de se so-

brepour aos demais. Diante disso, a demonstração das disparidades de poder deve ser considerada necessária, uma vez que a possibilidade de um contexto anárquico levaria, invariavelmente, à instauração do caos entre os homens (HOBBES, 2003).

Tal dinâmica, que poderia ser transposta para o comportamento dos Estados, encontraria, segundo os realistas, claras referências no decorrer da história. Tucídides (2001), que também se configura como um autor referencial para esta corrente, demonstra, em *História da guerra do Peloponeso* (2001), que a lógica de estabelecimento do poder pode ser observada desde a antiguidade. Assim como Hobbes, ele aponta para as guerras como situações intrínsecas ao contexto permeado por discrepâncias de poder (TUCÍDIDES, 2001). Por fim, essas ideias ainda encontram reforço na produção de Maquiavel (2001). Assim, em *O Príncipe* (2001), Maquiavel revela a noção de que, para que resultados políticos satisfatórios fossem alcançados, os governantes deveriam - com base em sua *virtú*⁵ - dispor livremente dos recursos de poder a eles disponíveis. Segundo Brown (2009), os realistas, ao tomarem tais autores como referenciais basilares, assumem a natureza humana como algo imutável. Essa visão, assim como o idealismo, seria calcada em aspectos intrínsecos ao homem que, ao se demonstrarem no comportamento dos indivíduos e dos Estados, acabariam por se tornarem decisivos nos resultados dos processos observados no cenário internacional.

A partir da breve demonstração desse debate, que caracteriza o primeiro momento de desenvolvimento das Relações Internacionais, percebe-se que a disciplina se inicia trilhando caminhos análogos àqueles observados na trajetória filosófica. Em outras palavras, a indicação do homem como portador de uma natureza determinada o coloca no centro das teorias explicativas para os fenômenos. Assim, suas ações se autojustificariam, uma vez que elas seriam, em menor ou maior grau, fruto de uma essência pré-determinada e não passível de mudança. Então, fazendo-se uso de uma terminologia comum ao campo filosófico, poderíamos recorrer à noção de *eidōs*, entendida como princípio de realidade do ser (FARIA, 1992).

Assim como os pensadores clássicos inauguraram uma compreensão antropocêntrica do mundo em seus estudos filosóficos, a perspectiva clássica das Relações Internacionais também confere centralidade à natureza humana na explicação da realidade. A par-

5. Conceito proposto por Maquiavel que se refere à sabedoria necessária ao governante no processo decisório (MAQUIAVEL, 2001).

tir daí, torna-se relevante, para fins de análise comparativa, elucidar dois caminhos principais do campo filosófico: em Platão, a essência, percebida como plenitude, se apresenta apenas no mundo das ideias. Assim, através do esforço dialético-metafísico, o homem poderia acessar o *eidos* (imutável), libertando-se da materialidade, que é assumida enquanto cárcere. Já em Aristóteles, no entanto, o ideal e o material são indissociáveis. Desse modo, o *eidos*, em sua plenitude, seria captado por meio da substância, já que o ser é em si mesmo. Confirma-se com as posições platônica e aristotélica que o homem seria dotado de um fim teleológico. Isto é, ele deveria realizar pela contemplação, de caráter metafísico, esse movimento que leva por meio da ação ao fim último a que se destina o ser: a verdade universal (FARIA, 1992).

Por fim, assim como a Filosofia Clássica instaurou os pressupostos metafísicos como meios de real conhecimento da realidade, as teorias que inauguraram o campo das Relações Internacionais parecem ter feito o mesmo, já que os fundamentos analíticos mais relevantes a elas provinham de dimensões não materiais e não mensuráveis (MINGST, 2009).

Razão triunfante nas Relações Internacionais

Outro importante debate teórico das Relações Internacionais ocorreu a partir do fim da década de 1970, contexto em que o estado da arte em Relações Internacionais se distanciava cada vez mais dos fenômenos que compunham a realidade da época. Frente aos novos acontecimentos internacionais, tais como a emergência de atores não estatais, a profusão de instituições internacionais que fomentavam a cooperação internacional e a mudança na configuração de poder do Sistema Internacional trazida pela Guerra Fria, o marco teórico sistematizado pelo Idealismo e pelo Realismo Clássico não foi capaz de produzir rendimentos analíticos satisfatórios (JERVIS, 1999).

Esse momento histórico marcou o surgimento de vertentes teóricas que buscavam criar categorias de análise que explicassem a realidade internacional de forma objetiva e fidedigna aos novos fenômenos. As principais correntes representantes dessa conjuntura são o Institucionalismo Liberal, o Realismo Estrutural ou Neorealismo e o Institucionalismo Neoliberal, que constituíram o seu arcabouço teórico sequencialmente, denotando um real debate. A

despeito de ser considerada uma importante vertente das Relações Internacionais, o Institucionalismo Liberal teve os seus pressupostos reformulados posteriormente por seus fundadores diante da incisiva construção teórica do Neorrealismo, que levou às Relações Internacionais uma concepção inovadora acerca dos pressupostos do campo (BALDWIN, 1993).

O resultado dessa reformulação foi o Institucionalismo Neoliberal, que se apropriou das premissas neorrealistas, mas levantou hipóteses e previsões divergentes das do Neorrealismo. Desse modo, intenta-se elucidar, nesta seção, o debate entre este último e o Institucionalismo Neoliberal, já que ambas as vertentes compartilham pressupostos semelhantes, constituem-se como arcabouços teóricos muito recorrentes nas Relações Internacionais e, especialmente, operacionalizam o racionalismo metodológico e a racionalidade instrumental de maneira sem precedentes nesse campo (BALDWIN, 1993).

Antes da realização de uma investigação acerca dos elementos constitutivos de cada vertente, há de se apontar os fundamentos metodológicos que as orientam, já que tais diretrizes foram inauguradas nas Relações Internacionais a partir das contribuições Neorrealistas e Neoliberais. Hollis e Smith (1990), analisando os fundamentos metodológicos desenvolvidos no campo das Relações Internacionais, indicam que, no período em questão, o método causal-explicativo⁶ foi aplicado ponderando a necessidade do pensamento neorrealista de tornar o campo mais objetivo e previsível, ou seja, teorizar sobre a realidade como ela é e não como ela deveria ser. Tal método se enquadra no que Hollis e Smith (1990) conceituam como modelo de análise *outside*. Este modelo, desenvolvido pelas ciências naturais, postula a objetividade máxima entre sujeito e objeto, ou seja, para que análises científicas sejam produzidas e a realidade adequadamente explicada, supostamente, é necessário que o pesquisador mantenha certa distância do objeto de estudo, alcançando, assim, uma visão panorâmica daquela realidade específica.

Desse modo, além de se categorizar a realidade de forma linear, isto é, buscando-se identificar as causas e as consequências dos fenômenos estudados, o modelo *outside* tende a produzir explicações holísticas da realidade. Como resultado da separação categórica entre sujeito e objeto, o analista é capaz de ter uma visão de

6. Na terminologia dos autores, este é entendido como *Explaining*.

conjunto da realidade, sendo possível, então, reconhecer as forças estruturais que regem a dinâmica estudada. Em última instância, esse tipo de análise permite a formulação de leis gerais que preveem a trajetória do objeto sob a influência de diferentes variáveis (HOLLIS; SMITH, 1990).

Adicionalmente, esse método congrega ideais cientificistas como forma de garantia de verdade, já que, como a metafísica, a religião e os sentidos humanos não referendam objetivamente a realidade, somente métodos científicos rigorosos e atestados racionalmente seriam capazes de explicá-la de forma razoável. A partir disso, a observação externa ao fenômeno e a experimentação científica adquirem *status* privilegiado, já que é através da observação que se identificam os padrões e regularidades dos fenômenos. Consequentemente, se propõem generalizações dos casos específicos observados e produzem-se hipóteses que serão testadas *a posteriori* por meio da experimentação. Caso as hipóteses sejam corroboradas, tem-se, então, a formulação de leis gerais que possibilitam a predição científica (HOLLIS; SMITH, 1990).

Ao se contemplar a vertente neorrealista das Relações Internacionais, inaugurada em 1979 com a obra *Teoria das Relações Internacionais* (2002), de Kenneth Waltz, observa-se que são notórios os esforços para tentar se produzir um instrumental teórico que não incorresse na subjetividade e especulação filosófica presente nas teorias clássicas. Assim, ao contrário da natureza humana, buscou-se lançar mão de premissas que fossem verificáveis, falseáveis e, preferencialmente, mensuráveis para sustentar a ambição de construir um pensamento que explicasse a dinâmica internacional de forma abrangente e, em especial, as causas da Guerra no ambiente internacional (BALDWIN, 1993).

Desse modo, além de defender a aplicação estrita do cientificismo, Waltz (1979) sinaliza a racionalidade instrumental dos Estados como uma das premissas básicas de sua obra. Isto é, o padrão de comportamento dos atores é pautado necessariamente pelo cálculo utilitarista, que visa a adequar os meios aos fins através do cálculo de custos e benefícios. Além disso, em um contexto de anarquia internacional⁷, os Estados, enquanto unidades soberanas, não contam com nenhuma instância coercitiva externa a eles que ga-

7. Entende-se a anarquia internacional como uma condição inerente ao Sistema Internacional que diz respeito à ausência de qualquer tipo de poder que sobrepuja o poder estatal (WALTZ, 1979).

ranta a ordem, tornando a própria sobrevivência uma competência inerente a cada ator. Dessa maneira, o curso de ação mais racional nessas condições é o de autoajuda⁸, no qual os Estados instrumentalizam a sua racionalidade de modo a garantir sua sobrevivência no ambiente internacional, o que resulta em estratégias de ação puramente autointeressadas (WALTZ, 1979).

Em adição, o Neorrealismo institui outra variável de análise relevante: o Sistema Internacional. Em conformidade com o modelo *outside*, essa vertente se atém a análises holísticas das relações internacionais, buscando identificar padrões de interação e características gerais do Sistema para que seja possível prever o comportamento das unidades diante das forças estruturais. Assim sendo, ao contrário do Idealismo e do Realismo Clássico, que elencavam a natureza humana como variável independente, o Neorrealismo estabelece o Sistema Internacional como variável explicativa que determina os comportamentos das unidades (WALTZ, 2001).

Por sua vez, Robert Keohane, em *Após hegemonia: a cooperação e discórdia na Economia Política Mundial*, de 1984, reformula a sua Teoria da Interdependência Complexa à luz da contundente contribuição metodológica trazida pelo Neorrealismo, estreando a vertente do Institucionalismo Neoliberal. Nessa obra, o autor se propõe a explicar a existência da deserção dos arranjos cooperativos internacionais, o que significa que o eixo norteador da teoria deixa de ser a necessidade de explicações acerca das causas da Guerra e passa a ser o entendimento das dificuldades da consolidação da cooperação internacional. Contudo, apesar de propostas analíticas distintas, ambas as teorias marcam o momento racionalista das Relações Internacionais, além de compartilharem premissas relevantes (NYE, 1998).

A primeira premissa comum entre tais teorias diz respeito à consideração de que o Estado é o ator por excelência das Relações Internacionais. Além disso, Waltz (1979) e Keohane (1984) concebem o Sistema Internacional como necessariamente anárquico e catalisador da necessidade da racionalidade instrumental. A racionalidade instrumental, por sua vez, se configura como a principal variável explicativa para Keohane (1984), pois este autor considera que os Estados operam em uma lógica de constante cálculo utilitarista que seria a causa do dilema de ação coletiva, o qual dificul-

8. Conceito desenvolvido em Waltz (1979) como *self-help*.

ta a cooperação em nível internacional. Assim, depreende-se que a lógica comportamental nesse caso é vinculada completamente à racionalidade dos atores, diferenciando-se em pequena medida da vertente neorrealista, que conferia o *status* de variável independente às forças sistêmicas, sem desconsiderar, contudo, a centralidade do cálculo utilitário (KEOHANE, 1984).

A partir de uma breve análise sobre os pressupostos e os enfoques analíticos das duas principais vertentes do debate Neo-Neo, é possível identificar a razão exercendo uma influência dual sobre o campo das Relações Internacionais: de um lado, os teóricos do campo passaram a valorizar o discurso cientificista que se apropria do racionalismo para se obter garantia de verdade; por outro lado, o conteúdo dessas novas chaves de análise refletia indiretamente o processo de racionalização do campo, uma vez que o objeto de análise passou a ser vinculado ontologicamente à noção de racionalidade instrumental. Diante deste contexto, nota-se a presença de uma inédita metalinguagem nas Relações Internacionais: os teóricos passaram a advogar em favor do racionalismo para, em termos práticos, teorizar acerca da racionalidade (HOLLIS; SMITH, 1990).

Em consonância com o argumento de Gusdorf (1980) acerca da preponderância da razão na Modernidade⁹, apresentado nas páginas iniciais deste artigo, é possível caracterizar o debate Neo-Neo como um momento marcado pela ânsia em se atingir explicações contundentes acerca da dinâmica internacional, já que as produções científicas clássicas do campo, fundamentadas em especulações metafísicas - como a natureza humana, a qual não é objetivamente verificável -, não foram capazes de oferecer explicações coerentes com o contexto que se apresentava. Destarte, se por um lado a ciência positivista foi tida pelo Projeto Iluminista como uma forma de emancipação do homem como sujeito dotado de razão cognoscível, nas Relações Internacionais os mesmos valores positivistas foram creditados como portadores de verdade emancipatória do campo, através da possibilidade de se alcançar proposições teóricas gerais e ao mesmo tempo parcimoniosas. Dessa forma, é possível afirmar que as dimensões metodológica e explicativa das Relações Internacionais foram simultaneamente cooptadas pelo racionalismo instrumental durante o debate Neo-Neo (HOLLIS; SMITH, 1990).

9. Entendido em Gusdorf (1980) como o período da razão triunfante.

Teorias reflexivistas¹⁰: o Construtivismo e o Pós-Estruturalismo

Paralelamente ao período pós-moderno, em termos filosóficos, é possível conceber o debate entre reflexivistas – construtivistas e pós-estruturalistas – e racionalistas, ambientado na década de 1990, o qual se constituiu como outro grande debate¹¹ subjacente às Relações Internacionais. A grande inquietação dos teóricos pertencentes às vertentes supracitadas mostra-se essencialmente metateórica, dado o seu caráter ontológico e epistemológico. Em outras palavras, buscava-se compreender a ontologia da realidade e as formas de apreendê-la (MENDES, 2012).

O contexto de emergência do Construtivismo é também evidenciado por Fierke e Jørgensen (2001), cuja abordagem acerca do processo de desenvolvimento de tal perspectiva mostra-se notável, uma vez que revelam, de forma dual, a sua gênese como disciplina de Relações Internacionais *versus* o seu surgimento sob os auspícios da Filosofia. Este último teria sido fundado a partir da Virada linguística da década de 1960, da qual Wittgenstein apresenta-se como grande expoente. Desse modo, pode-se afirmar que

A virada linguística deu origem a uma reorientação dos pressupostos filosóficos subjacentes à Filosofia Ocidental desde Descartes, substituindo a distinção entre domínios de experiência subjetivos e objetivos e a natureza social da linguagem (FIERKE; JØRGENSEN, 2001, p. 4, tradução nossa)¹².

Adler (1999), por outro lado, destaca que o cerne do debate sobre o Construtivismo não se confunde com a noção de ciência *versus* a ideia de interpretação, mas sobre as Relações Internacionais como campo do conhecimento. Apesar disso, é importante mencionar que, ao contrário dos adeptos do método *outside*, abertos em explicar o objeto internacional a partir de respostas tradicionalistas, os reflexivistas inauguraram uma dinâmica teórica calcada na interpretação. Estes se basearam, para tanto, em pers-

10. Embora cientes do debate existente entre ambas as vertentes teóricas e de suas peculiaridades, como apontado por Adler (1999), decidimos adotar a referida nomenclatura para fins didáticos.

11. O primeiro debate imbricou idealistas e realistas na década de 1930; o segundo debate, por sua vez, se armou em torno de tradicionalistas e cientificistas nos anos 1960; já o terceiro foi inflado por neorrealistas e neoliberais na década de 1980 (MENDES, 2012).

12. The linguistic turn gave rise to a reorientation in the philosophical presuppositions underlying Western philosophy since Descartes, replacing the distinction between subjective and objective realms of experience with the social nature of language.

pectivas da sociologia do conhecimento¹³ que buscavam vislumbrar o mundo como uma construção social dotada de significados. Por isso, questionavam institucionalistas neoliberais e neorrealistas, os quais viam as forças externas ao indivíduo como determinantes de seu comportamento (ADLER, 1999), fenômeno característico de uma realidade concreta, material e dada (WALTZ, 2002). Isto posto, o fato de que o comportamento dos atores internacionais é delineado por um conjunto de normas, símbolos, identidades e interesses é uma percepção compartilhada pelos construtivistas (MINGST, 2009).

Embora a obra de Adler seja considerada de vital relevância para o estudo e desenvolvimento do campo, as primeiras contribuições vieram de Wendt (1987), ao expor o problema da agência-estrutura¹⁴, e de Onuf, que introduziu, ao campo das Relações Internacionais, o termo *Construtivismo*. Adicionalmente, de acordo com John Ruggie, as teorias tradicionais pertencentes à área não teriam capacidade de lidar com processos de mudança e transformações históricas no ambiente social (FIERKE; JØRGENSEN, 2001). É perceptível, por isso, a carência manifestada pelas teorias racionalistas em relação às dinâmicas sociais próprias do ambiente internacional.

A emergência do Construtivismo e suas consequentes posições opostas às postulações das teorias racionalistas não foi, contudo, considerada capaz de solucionar uma série de problemas relacionados à razão própria da Modernidade. Este é o contexto de surgimento dos pós-estruturalistas, grupo influenciado pela Filosofia francesa das décadas de 1960 e 1970 (FURTADO, 2012). Em linhas gerais, o Pós-Estruturalismo se ocupa da desconstrução e da relativização de premissas estabelecidas como naturais ou dadas. Assim, a mesma realidade poderia ter interpretações diferentes, a depender de cada ator (CAMPBELL, 2000). Adicionalmente, tal realidade, assim como o mundo material, só teria uma ontologia a

13. Entre elas, destacam-se a Etnometodologia de Garfinkel (1984), a Fenomenologia de Husserl (1962), a Fenomenologia da vida cotidiana de Bergman e Luckmann (1966) e a Teoria da Estruturação de Giddens (1984), por exemplo (ADLER, 1999), as quais tiveram, como ponto de partida, a Virada Linguística (FIERKE; JØRGENSEN, 2001).

14. Segundo Wendt (1987), uma teoria de Relações Internacionais deve apresentar conexões entre agência e estrutura, já que ambas as dinâmicas estão presentes nos ambientes sociais que compõem o sistema internacional. Isto porque, primeiramente, os indivíduos são atores interessados, cujas ações se mostram capazes de impactar a estrutura social na qual vivem. Por outro lado, as relações mantidas entre tais sujeitos moldam o padrão de interação, ou seja, há um conjunto de práticas sociais que estruturam o seu comportamento.

partir da linguagem, a qual é parte constitutiva e estruturante da realidade (CAMPBELL, 1998).

Desse modo, é fundamental perceber que os indivíduos têm papel ativo na construção intersubjetiva da realidade e do mundo material e não simplesmente utilizam elementos como a lógica e linguagem para interpretá-los. A linguagem é, portanto, um processo social, o qual é produzido através de uma totalidade de estratégias, entre elas, a metáfora. Estas não são encaradas pelos pós-estruturalistas como meros artifícios passíveis de dotar as relações sociais de um sentido que transcende a aceção comumente conhecida, mas como elementos de constituição da realidade, já que refletem valores culturais do enunciador (CAMPBELL, 2000).

Outra noção importante apresentada pelos teóricos da vertente em questão é a de identidade, tratada frequentemente a partir de uma perspectiva sincrônica (FURTADO, 2012). Assim sendo, Campbell (1998) desconstrói a ontologia estatal, ao afirmar que os Estados são construídos através de contrapontos e narrativas efetivadas em seu nome. Em outras palavras, a definição do ator estatal está intimamente relacionada à diferença, ou seja, à delimitação do *eu*, interior a determinado contexto, em oposição ao *outro*, o qual se situa externamente a tal ambiente. A repetição assume papel fundamental nessas circunstâncias, já que viabiliza a estabilização das identidades dos Estados e, portanto, a construção da realidade (MENDES; FURTADO, 2012). Assim, a contínua repetição de certo fenômeno dá aos sujeitos a impressão de continuidade no tempo (MENDES; FURTADO, 2012). Por trabalhar com o conceito de uma realidade mutável e constantemente construída através de sentidos e interpretada pelos atores, tais teóricos admitem que,

da mesma forma que a percepção de existência requer a repetição de determinados sentidos pelo tempo, também é a própria repetição do fenômeno que impossibilita a existência de qualquer essência no sentido ontológico da realidade observável” (MENDES; FURTADO, 2012, p. 209).

Então, o Pós-Estruturalismo relativiza, mais uma vez, as abordagens tradicionais, notadamente o Neorrealismo. Isto porque, ao contrário desta última, não admitem a reprodução do igual, como leis gerais que regem o comportamento dos Estados no Sistema Internacional, os quais se repetiriam para confirmar a necessidade de respeito, por parte destes, a padrões de conduta estabelecidos. Ao contrário, os pós-estruturalistas não concebem tal ideia, uma vez

que os fluxos de sentidos mutáveis criam e desconstroem realidades diferentes das originais, havendo, pois, certa instabilidade ao longo de tal processo (MENDES; FURTADO, 2012).

A partir da exposição dessas abordagens, constata-se sua emergência em um contexto de negação da consciência mítica por parte da racionalidade. Ademais, vislumbra-se um momento de confrontação da razão tautológica e excessivamente tecnocrática a partir do surgimento de perspectivas como a Fenomenologia e a Teoria da Estruturação. Outro aspecto característico desse contexto diz respeito ao que Weber denominou *desencantamento do mundo* (PIERUCCI, 2003). Isto é, com a secularização das instituições gestoras da vida pública e um crescente processo de racionalização desta, as religiões perderam, em linhas gerais, o seu componente místico, misterioso, capaz de ligar o homem ao transcendente. Desse modo, a religião passou a ser percebida enquanto uma escolha do indivíduo, sujeito este que observava, do outro lado, a constante matematização da ciência e racionalização da realidade (PIERUCCI, 2003).

É nesse ínterim da Modernidade que o Construtivismo se afirma enquanto abordagem que viabiliza o reposicionamento do sujeito no campo das Relações Internacionais, admitindo uma realidade não dada, mas capaz de constituir os sujeitos e por eles ser constituída. Tal proposição se relaciona, de certa maneira, à perspectiva fenomenológica, em que o homem tanto é afetado por símbolos e significados anteriores à sua existência quanto pode produzi-los – paralelamente àquilo que é descrito por Wendt (1987) em sua formulação acerca do problema da agência-estrutura. Assim, ao considerar aspectos identitários, subjetivos e ideacionais, o Construtivismo propõe uma metodologia hermenêutica, baseada na interpretação dos fenômenos, diferentemente dos métodos essencialmente positivistas e empíricos característicos das teorias materialistas, como o Realismo e o Institucionalismo Neoliberal.

Ademais, de acordo com Mendes e Furtado (2012), o pensamento dos pós-estruturalistas, ao admitirem o constante movimento das narrativas e fenômenos, pode ser, em alguma medida, associado a elementos da consciência mítica, que preserva a circularidade ontológica. Consoante a Mendes e Furtado (2012), são em circunstâncias dialéticas que os sentidos se movimentam em fluxos frequentes para construir e desconstruir a realidade. O mito, por sua vez, é ontológico, atemporal, universal e circular, sua estrutura

é interpelada pelo tempo mutável e linear, característico do Pós-Estruturalismo (MENDES; FURTADO, 2012). Historicamente, o mito deixou de ser o ponto de partida da realidade, no sentido de uma verdade instituída (BRANDÃO, 1998), e tornou-se ideologicamente uma metáfora passível de ser utilizada pelos indivíduos como um artifício de compreensão e representação da realidade.

Considerações finais

Como meio de se atingir o objetivo dessa proposta analítica, que é apontar as semelhanças do desenvolvimento das formas de apreensão da realidade pela humanidade *vis-à-vis* a construção de um campo de pensamento que se propõe a explicar as dinâmicas internacionais, buscamos sinalizar as contribuições filosóficas acerca da trajetória humana frente à realidade e apresentar sinteticamente os principais debates teóricos que demarcam os estágios de desenvolvimento da epistemologia das Relações Internacionais.

Na Era Clássica, a tentativa de se conhecer a realidade e, assim, atingir a ontologia através do conhecimento metafísico, ofereceu terreno fértil para as teorias inaugurais das Relações Internacionais. Enquanto precursoras do campo de estudos, essas teorias procuravam delinear o próprio objeto de análise a partir de categorizações metafísicas dos fenômenos internacionais, ou seja, estabelecendo premissas que tentam exprimir a essência do objeto, que nesse caso era o Estado no ambiente internacional.

Posteriormente, com o advento da Modernidade e os valores contidos no Projeto Iluminista, o estabelecimento de parâmetros objetivos para se conhecer a realidade passou a vigorar, lastreando a verdade na materialidade e na racionalidade. O sujeito moderno foi tido como emancipado das sombras da ignorância, criou condições para a implementação da ciência positiva e foi encarcerado pelas grades e limites da razão. Em outras palavras, a crença emancipatória do conhecimento racionalizado, a rigor, permitiu que a ciência validasse a si própria como garantidora de verdade absoluta, passando a explicar apenas a si mesma, ou seja, incorrendo em tautologia. De maneira paralela, no campo das Relações Internacionais, o debate Neo-Neo representou a tentativa de explicação e predição da realidade estudada através de critérios altamente racionalizados, o que mais tarde foi amplamente questionado, permitindo o aparecimento das vertentes críticas.

Por fim, diante da impossibilidade de alcance ontológico ocasionado pela exaltação do racionalismo, o surgimento do sujeito pós-moderno – que atribui sentido à própria realidade não mais a partir de critérios objetivamente dados, mas sim social e subjetivamente construídos – aparece como uma possibilidade de reordenamento existencial. Paralelo a isso, o movimento crítico das teorias societais das Relações Internacionais, classificado nesse artigo como pertencentes ao último debate teórico, é reflexo do momento histórico de contestação do *ethos* da Modernidade racionalizada e segmentada em categorias objetivas. Em termos práticos, as forças sistêmicas da estrutura internacional não seriam capazes, de acordo com essa perspectiva, de dar sentido ao comportamento em nível individual de análise, que deveria passar a ser entendido através dos processos de intersubjetivação e não de causa e efeito.

Dessa maneira, percebe-se que, apesar de o contexto histórico-filosófico da passagem do mito ao logos e o contexto da produção teórica das Relações Internacionais pertencerem a momentos históricos distintos, é possível denotar trilhas hermenêuticas paralelas entre a passagem do mito ao logos e as Relações Internacionais. Isso significa que as trajetórias percorridas por ambas as dimensões tratadas nesse artigo seguem padrões semelhantes de produção de conhecimento e compreensão da realidade e tais padrões confirmam e reafirmam o anúncio de reformulação das bases da sociedade moderna.

Referências

- ADLER, Emanuel. O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. In: **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC, 1999, n. 47.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- BALDWIN, D. **Neorealism and Neoliberalism**: the contemporary debate. New York: Columbia University Press, 1993.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **The social construction of reality**. New York: Anchor, 1966.
- BOOTH, K.; SMITH, S.; ZALEWSKI, M. **International theory**: positivism and beyond. Cambridge: CUP, 1996.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Petrópolis: Vozes, 1986. Disponível em: < <https://goo.gl/o1uZFh> >. Acesso em: 21 abr. 2015.

BROWN, Chris. Structural realism, classical realism and human nature. **International Relations**, v. 23, n. 2, p. 257-270, 2009. Disponível em: < <http://goo.gl/2gkDGG> >. Acesso em: 30 abr. 2015.

CAMPBELL, David. **The socially constructed organization**. London: H. Karnac, 2000.

CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: the Regents of the University of Minnesota, 1998.

CARR, Edward Hallett (1939). **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. 2 ed. Tradução Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. (Coleção Clássico IPRI).

CARVALHO, Amadeo Silva de. As aventuras do conhecimento humano. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, v. 1, n. 2, p. 1-5, jul. 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/PBDIvn>>. Acesso em: 01 maio 2015.

CUNHA, José Auri. **Filosofia**: iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Atual, 1992.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. Disponível em: <<http://goo.gl/A3pnd3>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

FARIA, Maria do Carmo Bettencourt de. O realismo aristotélico. In: REZENDE, Antônio (Org). **Curso de Filosofia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p.58-73.

FIERKE, Karin M.; JØRGENSEN, Knud Erik. **Constructing International Relations**: the next generation. Armonk, N.Y.: M. E. Sharpe, 2001.

FURTADO, Henrique Tavares. **Os limites do Pós-Estruturalismo**. Dissertação (Mestrado). 146 f. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://goo.gl/l56ynt>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Oxford: Polity Press, 1984.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of society**. Berkeley: University of California Press, 1984.

GUSDORF, Georges. **Mito e metafísica**. Tradução Hugo di Prímio Paz. São Paulo: Convívio, 1980.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HOBBS, Thomas. Da condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria. In: HOBBS, Thomas (1651). **Leviatã**. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 45-47.

HOLLIS, M.; SMITH, S. **Explaining and Understanding International Relations**. Universidade de Oxford, Walton Street, Oxford, 1990.

HURD, Ian. Constructivism. In: **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: University Press. 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/g3x2HB>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

JERVIS, R. Realism, neoliberalism, and cooperation: understanding the debate. **International Security**, v. 24, n. 1, p. 42-63, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/tQNOEA>>. Acesso em: 03 maio 2015.

KANT, Emmanuel (1795). **A paz perpétua**: um projeto filosófico. Tradução Artur Morão. Corvilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. (Coleção Textos Clássicos de Filosofia).

KELLY, George Armstrong. **Idealism Politics and history**: sources of Hegelian thought. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KEOHANE, Robert O. **Após hegemonia**: a cooperação e discórdia na Economia Política Mundial. Princeton: Universidade de Princeton, 1984.

LARA, Tiago Adão. **A filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau (1532). **O príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARTIN, L. The contributions of rational choice: a defense of pluralism. **International Security**, v. 24, n. 2, p. 74-83, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/aT26NU>>. Acesso em: 01 maio 2015.

MENDES, Cristiano; FURTADO, Henrique. Tempo e repetição na Teoria das Relações Internacionais. **Revista Debates**, v. 6, n. 2, p. 201-216, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/ssAZMG>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MENDES, Marli Maria. **Eidos**. Filosofia: Razão e modernidade. 02-16 mar. 2015. 3 p. Notas de aula.

MENDES, Pedro Emanuel. A (re)invenção das relações internacionais na viragem do século: O desafio do construtivismo. **Relações Internacionais (R:I)**, n. 36, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/4HGvpI>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MINGST, Karen. **Princípios de Relações Internacionais**. São Paulo: Elsevier, 2009.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2001.

NYE, J. Neorealism and Neoliberalism. **World Politics**, Princeton, v. 40, n. 2, p. 235-251, 1988.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1762). **O contrato social**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TUCÍDIDES. Diálogo entre os atenienses e os mélios. In: TUCÍDIDES (40? A.C.). **História da guerra do Peloponeso**. 4 ed. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 347- 353. (Coleção Clássicos IPRI).

WALTZ, Kenneth Neal. **Man, the state and war**: a theoretical analysis. New York: Columbia University Press, 2001.

WALTZ, K. **Teoria das Relações Internacionais**. Ed. Gradiva: Lisboa, 2002.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992. Disponível em: <<https://goo.gl/rFWLeC>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

WENDT, Alexander. The agent-structure problem in International Relations theory. **International Organization**, vol. 41, n. 3, p. 335-370, 1987. Disponível em: <<http://goo.gl/L9znKu>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

WILSON, Peter. Idealism in International Relations. In: Dowding, K. (Ed.). **Encyclopedia of power**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011. p. 332 – 333. Disponível em: <<http://goo.gl/ma18AS>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

Recebido em: 21/10/2016

Aceito em: 30/12/2016